

# Os amigos de Sarney no poder

**BARTOLOMEU RODRIGUES**

As manhãs do presidente José Sarney durante os fins de semana no Palácio da Alvorada e no sítio de São José de Pericumã são preenchidas com poucas atividades de lazer e com muitas confidências políticas, ouvidas por um pequeno grupo de homens que hoje integram o Ministério da Nova República. São os "ministros do Sarney", levados ao cargo mais pela proximidade e confiança do que por contingências políticas — como as que configuraram o Ministério formado pelo falecido presidente Tancredo Neves.

Na reforma ministerial de fevereiro, Sarney sentiu-se à vontade para formar sua equipe de governo sem ferir os brios do PMDB, partido ao qual se filiou, e fortalecer o PFL convidando Marco Maciel para a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Com aqueles que permaneceram para satisfazer as correntes peemedebistas temerosas de perder o poder, o presidente usou de sutilezas, subtraindo das pastas algumas funções importantes, que repartiu entre os amigos.

Quem são os amigos de Sarney no poder? A resposta pode estar embutida no comentário que o ex-ministro da Agricultura, Pedro Simon, fez sobre o atual Ministério: "Alguns (dos ministros) são até ótimos. Exceto uns tantos". A ressalva é, na verdade, a restrição que o PMDB alimenta em surdina às escolhas *in pectore* feitas pelo presidente Sarney.

A partir dessa premissa, é possível desenhar o perfil do Ministério do presidente, que depois do plano Cruzado parece ter adquirido contornos próprios, com exceção, é claro, do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), uma espécie de zona de turbulência que, volta e meia, agita o mar da tranquilidade, tornando indefinida a nomeação até mesmo do recém-nomeado titular da Pasta Dante de Oliveira.

A calma nos demais foi mantida mesmo depois que o ministro da Justiça, Paulo Brossard, ameaçou endurecer na Bahia para garantir a segurança pública, numa clara provocação ao governo de João Durval, que tem como defensor o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. As farpas atiradas de um lado e de outro foram aparteadas por Sarney, que colocou um ponto final na discussão.

## AMIZADE IRRESTRITA

Sarney consegue uma obediência quase cega de seus ministros, mas há aqueles cuja amizade está acima dos cargos, como é o caso do

ministro da Irrigação, Vicente Fialho. Sua Pasta já nasceu com os dias contados, ou, mais precisamente, enquanto durar o governo do presidente Sarney. Costuma-se ouvir, nos corredores do Palácio do Planalto, que o presidente criou um ministério para um amigo particular. É verdade, pelo menos, que um dia antes de aterrizar em Brasília para ocupar o cargo — isso foi em fevereiro, durante a reforma ministerial —, Fialho filiou-se ao PMDB, a pedido do presidente. E soube, desde então, que iria administrar inicialmente Cz\$ dois bilhões em órgãos que antes eram da alçada do Ministério do Interior — O Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocos), o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasp).

Vicente Fialho atendeu Sarney também na intrincada guerra de composição de cargos, beneficiando, é óbvio, o Nordeste, de onde é natural juntamente com o presidente da República. Ronaldo Costa Couto, titular da pasta do Interior, é mineiro e

ainda por cima foi escolha pessoal do falecido Tancredo Neves.

Também nordestino e com igual intimidade, escolhido pessoalmente por Sarney, é o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares. Sua presença no ministério, porém, atende a uma particularidade da vida política maranhense: com pretensões para chegar a governador, ele ameaçou a velha e sólida amizade com a família Sarney, antes de ser ministro, ao iniciar os preparativos visando à campanha, a despeito de um acordo já firmado entre o deputado Sarney Filho (Zequinha) e Epitácio Cafeteira. O Ministério dos Transportes foi a maneira conciliadora encontrada por Sarney para manter José Reinaldo Tavares ao seu lado, sem perder o poder. E ele aceitou.

## FIGURAS-CHAVE

Esse rol, finalmente, inclui um paulista, Abreu Sodré, no Ministério das Relações Exteriores. Na verdade, ele esperava ser convidado para a pasta da Agricultura, devido às suas ligações com o setor, mas hoje se confessa encantado com o Itamaraty. Sodré é um dos poucos ministros

com liberdade para passar o fim de semana com Sarney e sua família no sítio de São José do Pericumã, e a amizade entre os dois — que data desde o início da década de 60, quando eram governadores, respectivamente, de São Paulo e do Maranhão — tem ajudado a superar os problemas de adaptação no Itamaraty. Dois fatos comprovam o escudo de proteção do chanceler: antes de assumir o cargo, quando foi desmentido publicamente pelo presidente por ter anunciado indevidamente a possibilidade de alterações na Lei de Informática, e quando quebrou o sigilo do governo em torno do reatamento das relações diplomáticas com Cuba. A princípio, os especialistas no setor previram uma passagem rápida de Sodré no ministério, mas ele não só ficou, como superou os episódios em conversas íntimas com o presidente.

Sodré sempre foi confiante de Sarney. Possui a capacidade de influenciá-lo. Por sinal, os empresários que Sarney conhece de longa data lhe foram apresentados por Sodré. Um deles é o atual ministro da Fazenda, Dilson Funaro, seu ex-secretário da Fazenda e Planejamento.

A influência dos empresários ligados ao PMDB também foi decisiva para que Funaro chegasse ao ministério, onde angariou uma grande simpatia do presidente da República. Graças ao Plano de Estabilização Econômica, para manter o controle da inflação, ele se tornou o principal astro no universo da Nova República. Sua posição hoje é tão forte que nos bastidores do governo seu nome surge como um dos aspirantes à sucessão presidencial. O principal obstáculo a sua frente é a luta contra o câncer. Através de Funaro, Sarney vem controlando também áreas sensíveis, como é o caso do Ministério da Agricultura, dando prosseguimento a algumas idéias que vê com simpatia, como a *holding* para controlar as empresas estatais.

Sem igual prestígio, mas também considerado peça importante no governo, é o ministro do Planejamento João Sayad. A diferença é que, enquanto Sarney o prefere como assessor técnico, ele procura reforçar de todas as formas as funções tipicamente de planejamento da Seplan, esvaziadas logo no início do governo Figueiredo pelo ministro Simonsen e literalmente esfaceladas por seu sucessor, Delfim Netto. Sayad já percebeu que, se não se ativer ao planejamento como função básica de seu ministério, acabará por não ter o que fazer dentro do governo. Ainda assim, foi-lhe reservada uma sala contígua ao gabinete do presidente Sarney, no terceiro andar do Palácio do Planalto.



Júlio Fernandes — 19/2/86

Sayad, Funaro e Maciel, alguns dos mais poderosos

## De repente, ministro vira "xerife"

Na Nova República há os que desempenham papéis previamente roteirados pelo presidente Sarney. Paulo Brossard, da Justiça, talvez tenha como única mágoa desperdiçar a sua brilhante oratória com lavradores engalfinhados em eternos conflitos de terras. O requintado jurista foi transformado em "xerife" da reforma agrária e do Plano Cruzado, numa pregação muitas vezes polêmica, como quando ameaçou intervir na Bahia para garantir a ordem pública. Mesmo assim, é um dos interlocutores prediletos do presidente para conversar sobre a política nacional. Brossard reconhece que, tendo à frente um presidente político, não deve reivindicar a coordenação política do governo — tradicionalmente entregue ao Ministério da Justiça.

Mas há os que se espantam com as surpresas que a pasta reserva. Dante de Oliveira, inicialmente, foi cortejado por Sarney para a Previdência Social, mas acabou no Mirad para atender uma grave crise provocada com a saída de Nelson Ribeiro. Em certo momento da vida política nacional, Dante, do PMDB, foi símbolo com a sua emenda pelas "diretas já" e, ao convidá-lo, quis o presidente tornar mais efetiva a participação do partido nas sucessivas crises que o ministério enfrenta. A maior preocupação agora é que o Mirad se acabe transformando numa Funai, enquanto Dante dá mostras de que é praticamente impossível, sem recursos, cumprir as metas para este ano.

No Ministério do Trabalho, Almir Pazzianotto atendeu à recomendação do presidente para ficar na Pasta e não candidatar-se por São Paulo. Em troca, ganhou participação nas reuniões do Conselho Interministerial dos Salários das Estatais (Cise), Conselho Interministerial de Preços (CIP) e no Conselho Monetário Nacional (CMN). Seu trânsito junto aos sindicatos também foi razão para Sarney mantê-lo no governo.

"Qualquer um gostaria de ter Pazzianotto no time", diz um assessor presidencial.

Também angariam a simpatia de Sarney, dentro do novo esquema de governo, os ministros Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano, e Celso Furtado, da Cultura.

Da "bossa-nova" udenista, Raphael de Almeida não pode ser apontado como um autêntico peemedebista, mas vem tendo livre trânsito no Planalto porque seus projetos no ministério coincidem com as propostas sociais desejadas por Sarney. Renato Archer, por sua vez — último dos íntimos amigos do deputado Ulysses Guimarães que restou no ministério —, tem uma posição estratégica como um dos pontos de lança da política de defesa do mercado para a informática. Já Deni Schwartz, indicado pelo PMDB do Paraná, é tido no Palácio como um executivo competente. E Celso Furtado tirou das costas do presidente o peso que a Pasta da Cultura poderia acarretar se tivesse à frente alguém que não conciliasse a intelectualidade brasileira. Discreto, Furtado dá prosseguimento ao projeto cultural de Sarney, um acadêmico que também quer passar para a História como autor dos incentivos fiscais para as atividades artísticas. Agradou com isso, a gregos e troianos.

## OS INTOCÁVEIS

Na composição do seu ministério, o presidente Sarney manteve intocável o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, tanto pelo que ele representa como administrador como na vida política. Aureliano, nessa condição, tem força e moral para criticar abertamente a idéia de criação de uma *holding* para as empresas estatais, nascida no Ministério da Fazenda. Sua pasta engloba o

grosso das estatais, incluindo a mais poderosa delas, a Petrobrás.

A competência administrativa tem também conseguido driblar as restrições peemedebistas quando se trata do ministro Antônio Carlos Magalhães, durante muito tempo no PDS, e agora no PFL. A fórmula que reúne assessores técnicos especializados e decisões políticas tem dado certo.

Finalmente, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, um dos chefes nacionais do PFL, mantém-se como retaguarda política do presidente no Palácio do Planalto. Transformou-se em superministro, mas ironicamente perdendo espaço político em seu Estado natal — Pernambuco —, onde o seu partido deve coligar-se com o PDT de Leonel Brizola, de quem discorda abertamente.

Também são intocáveis os ministros militares, que obedecem a outra forma de composição. Nem por isso, alguns deles deixaram de tornar-se, mais do que simples auxiliares, grandes amigos do presidente, como os ministros Leonidas Pires Gonçalves, do Exército; Bayma Denis, do Gabinete Militar, e Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações (SNI).

## NA GELADEIRA

Os contornos mais tortuosos desse perfil localizam-se nas pastas em que Sarney não pode intervir pessoalmente. Decorre disso a frieza com que o Palácio do Planalto trata o Ministério da Agricultura, onde as decisões, para serem tomadas, passam quase sempre pelo crivo do ministro Funaro, da Fazenda. Para completar, o ministro titular, Íris Rezende, com um estilo populista e concentrador, reúne a sua volta pessoas sem ou com pouca capacidade técnica.

Esvaziado, o Ministério do Interior, com Ronaldo Costa Couto, per-

deu o brilho que ostentava no passado. O ministro, considerado um "órfão" de Tancredo Neves, sempre se mostrou submisso ao presidente Sarney. Não faz nenhuma revelação sem antes consultá-lo, não ofusca ninguém e, principalmente, não cria problemas com o Palácio do Planalto.

Da mesma forma, o ministro Jorge Bornhauser não demonstra muito apetite no Ministério da Educação, onde se limita a cumprir as metas de seu antecessor, Marco Maciel. Talvez por sua inexperiência na área educacional, ele administra o MEC com três regras básicas: descentralizar, municipalizar e atualizar. Os assuntos técnicos ficam com os técnicos. E nas raras entrevistas à imprensa, Bornhauser não esconde: sua preferência são os assuntos econômicos e políticos da atualidade.

No Ministério da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco tem uma relação cordial com o presidente José Sarney, de quem já foi chefe do Gabinete Civil. Mas o MIC vem apresentando há algum tempo um processo de esvaziamento. O ex-ministro Roberto Gusmão, ao deixar a Pasta em fevereiro, desferiu duras críticas ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, por estar englobando atividades da área, ao contrário, José Hugo tem sido um ministro passivo à vontade do presidente.

A principal voz opositorista ao Ministério no Congresso, o deputado Amaral Neto (PDS-RJ), classifica o governo de "elitista, conservador e concentrador", além de ter criado "expectativas irreais para a sociedade". Mas nada disso incomoda o Palácio do Planalto, onde o ministro Marco Maciel acha possível Sarney concluir o seu mandato com o mesmo grau de popularidade que desfruta atualmente — e que será decisivo na sucessão presidencial.

(Brasília/Ag. Estado)